

30 de Março 2020
Segunda-feira
Semanário - Ano 5
Nº 202
Director-Geral
Evaristo Mulaza



POR MAIS 30 DIAS

Mediadores pedem validação de apólices vencidas

A Associação dos Mediadores e Corretores de Seguros de Angola sugere às seguradoras a validação das apólices vencidas por mais 30 dias. A Ensa e a Sol Seguros concordam desde que o regulador aprove a medida, ao passo que várias outras operadoras responderam que estão a estudar o modelo de actuação. Pág. 11

CRISE APROFUNDA COM PANDEMIA DA COVID-19

O plano de sobrevivência

- Governo emagrece para 21 ministérios
 - OGE inscreve petróleo nos 35 USD
 - Dívida interna renegociada em 50%
 - Fundo Soberano descapitalizado
 - Congeladas novas admissões na função pública
 - Recessão prevista de 1,21%
- Págs. 4 e 5



NUNO BORGES DA SILVA, EMPRESÁRIO

“As empresas necessitam de alívio fiscal já”

ENTREVISTA. Com o agravamento da crise, em termos imediatos, o empresário não vê outra saída que não passe pelo alívio das responsabilidades fiscais e de segurança social das empresas. E, para o futuro, a receita também lhe parece clara: apoio activo à agricultura e à construção, além da dinamização da indústria transformadora. Págs. 8 e 9



Agências de viagens desaparecem

Pág. 11

ALERTA DE EMPRESÁRIOS

Salários só até Abril

Pág. 10

Editorial

QUE SE TRABALHE JÁ NA OPÇÃO C

Na quinta-feira, 5 de Março, a ministra das Finanças dirigiu-se a jornalistas para se referir a um clima de “incertezas” precipitado pela pandemia do novo coronavírus. Todavia, na leitura da governante, ainda era cedo para se equacionar a hipótese da revisão orçamental, assegurando que o Governo estava a dar respostas aos desequilíbrios gerados, com vista à consolidação fiscal. O que Vera Daves não sabia, na altura, é que, na segunda-feira, 9 de Março, o mundo acordaria com um choque violento que colocaria o barril do petróleo 25 dólares abaixo do preço inscrito no Orçamento Geral do Estado. Num tombo histórico, que só encontra paralelo no contexto da Guerra do Golfo, o petróleo recuou mais de 30% num único dia, pressionado pelo desentendimento entre a Rússia e a Arábia Saudita sobre a (in)viabilidade de extensão dos cortes na produção, para sustentar os preços, ante a ameaça continuada da pandemia da covid-19.

Para Angola, era a tempestade perfeita, mas o maior susto ainda estava por se anunciar. Aparentemente acomodado na ausência



de registos oficiais de infectados pelo novo coronavírus até à terceira semana de Março, o Governo levou tempo para explicar o que pensava fazer com a economia. E, quando o fez, apresentou medidas que deixaram a classe empresarial sem saída no curto prazo. Não é mera coincidência que, ao longo desta edição do VALOR, não há um único empresário que descarte cenários de falências em catadupa, especialmente com a prolongada paralisação da actividade económica, por força do Estado de Emergência, determinado pelo Presidente da República.

E, como se tudo isso não bastasse, não é descartável, para já, a hipótese de um agravamento ainda mais intenso da tempestade económica. Isto porque, infelizmente, é mais do que provável que a derrocada do preço do petróleo ainda

não se tenha revelado com toda a sua crueldade. Vários analistas internacionais já vão admitindo a eventualidade de os preços caminharem para o nível zero, batendo completamente no fundo, ao ponto de inviabilizarem por completo os produtores. Esta deve ser, desde logo, a dor de cabeça permanente da equipa económica do Governo até que se faça luz.

É que, por muito dramática que seja a situação, os 35 dólares rectificativos ainda servem para ajustar orçamentos. Mas se o petróleo recuar para baixo dos cinco dólares, o país manter-se-á? Depois da opção A (orçamento inicial a 55 dólares o barril), opção B (orçamento rectificativo a 35 o barril), o Governo tem de começar a pensar, por precaução, numa quase surreal opção C (orçamento quase sem petróleo).



FICHA TÉCNICA

Director-Geral: Evaristo Mulaza
Directora-Geral Adjunta: Geralda Embaló

Editor Executivo: César Silveira
Redacção: Antunes Zongo, Isabel Dinis, Júlio Gomes, Raimundo Ngunza e Suely de Melo
Fotografia: Mário Mujetes (Editor) e Santos Samuessa
Secretária de redacção: Rosa Ngola
Paginação: Edvandro Malungo, Francisco de Oliveira e João Vumbi

Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló
Colaboradores: Cândido Mendes e Mário Paiva
Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda
Tiragem: 00 N° de Registo do MCS: 765/B/15

GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração:
Geralda Embaló e Evaristo Mulaza
Assistente da Administração: Geovana Fernandes
Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e

Nelson Manuel
Departamento Comercial: Geovana Fernandes
Tel.: +244941784790-(1)-(2)
N° de Contribuinte: 5401180721
N° de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82
Endereço: Rua Fernão Mendes Pinto, n° 35, Alvalade, Luanda/Angola, Telefones: +244 222 320510; 222 320511 Fax: 222 320514
E-mail: administracao@gem.co.ao; comercial@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS A...



Luís Feliciano,

Presidente da Associação Angolana de Comércio, Importação e Exportação

O Governo 'encolheu' para 21 ministérios. O que lhe parece? Sempre fui contra os numerosos pelouros. Finalmente, o Governo despertou porque a estabilidade macroeconómica não passa pelo aumento do rendimento com a criação de impostos, mas pela contenção da despesa pública. Mesmo assim, acho que é preciso cortar mais.

Onde, por exemplo?

Tem de haver uma reforma estrutural profunda que passe pela alteração do texto constitucional. Isso significa a remoção dos ministros de Estado que se encontram perto do Presidente João Lourenço. Esses órgãos não fazem sentido porque o chefe do Executivo já tem auxiliares, ou seja, os ministros.

Como vê o impacto da Covid-19 na economia?

Vai afectar toda a estrutura da vida das pessoas e das empresas a nível global. Com as empresas paralisadas, advinha-se o caos e Angola não é excepção. Aliás, o nosso país não se preparou, ou seja, nunca criou reservas para situações de calamidade, e não sei quando havemos de nos preparar. Maldita pandemia que veio na hora em que o Presidente tem lutado para organizar a economia destruída ao longo de mais de quatro décadas.

TERÇA - FEIRA

A Empresa Gestora de Terrenos Infra-estruturados (EGTI, E.P) sorteia os 560 lotes aos cidadãos que se inscreveram para a aquisição de terrenos infra-estruturados no Kilamba, destinados para a construção de habitações, escolas, hospitais e outros equipamentos sociais.

QUARTA - FEIRA

A empresa C. Calas Angola, promotora angolana de eventos, cancela a realização das cinco feiras anuais de produção nacional organizadas pela companhia e autoridades provinciais, previstas para entre 28 e 31 de Maio, em Ndalantando, em resultado das medidas adoptadas pelo Governo para conter a propagação do novo coronavírus.

QUINTA - FEIRA

A Sonangol garante o abastecimento normal de combustíveis líquidos e gasosos, mantendo as bombas de combustíveis e as lojas de venda de gás doméstico a funcionar, observando rigorosamente as medidas de segurança recomendadas.



SEXTA - FEIRA

O BNA orienta as instituições financeiras a garantirem a prestação normal dos serviços, entre os quais depósitos e transferências domésticas e internacionais e a aceitarem documentos, cuja data de validade expire durante o Estado de Emergência



SÁBADO

O ministro do Interior, Eugénio César Laborinho, defende a necessidade de se intensificar o combate ao tráfico de diamantes e de se reduzir a criminalidade que se regista no Bié.



DOMINGO

A Câmara de Comércio e Indústria Angola-Emirados Árabes Unidos, por intermédio do seu presidente, Bráulio Martins anuncia que os Emirados Árabes Unidos têm uma linha de financiamento de 500 milhões de dólares, para os empresários nacionais.



SEGUNDA-FEIRA O Governo torna público que recebeu do BFA cinco milhões de dólares, para a compra de material de biossegurança e outras necessidades para enfrentar a Covid-19, e que o BNI cedeu instalações para eventuais casos de tratamento mais leve da doença em Angola.

COTAÇÃO



VERMELHO DE ESPANHA NÃO COMPROMETE CONTINENTE...

Entre as principais bolsas europeias, a espanhola Ibex 35 foi a única a iniciar a semana no vermelho com uma queda de 1,7%, situação que a coloca, segundo a imprensa local, a uma sessão de registar o pior mês da sua história, estimando-se que, desde o início do mês, tenha perdido quase um quarto do valor (23,65%). O Ibex 35, entretanto, até arrancou o mês com um avanço de 0,39%.



...EM PORTUGAL GALP TAMBÉM AJUDA

Em Lisboa, o PSI-20 iniciou a semana com saldo positivo de 1,02%, e os títulos da Galp contribuíram com a subida de 2,42%, apesar de o mercado petrolífero continuar desfavorável para as empresas do sector. Quem mais concorreu para o resultado positivo do PSI-20 foram, entretanto, as acções da operadora de postais, CTT, com 11,21%.

Economia/Política

ESTADO DE EMERGÊNCIA

Governo mantém compromisso de honrar serviço da dívida

MEDIDAS DE CONTINGÊNCIAS. Apesar das fortes dificuldades assumidas, Governo mantém a aposta de honrar o serviço da dívida prevista para 2020 na totalidade. Já em relação ao financiamento interno, Executivo perspectiva novos prazos para pelo menos 50% da dívida.

Por César Silveira

O Governo “mantém o compromisso de honrar o serviço da dívida” externa, segundo um membro da equipa económica, quando questionado pelo VALOR sobre o facto de a negociação da referida dívida não constar entre as medidas de contingências para fazer face à crise financeira agravada pela pande-

mia Covid-19.

“De momento, ainda não temos nada a partilhar sobre o assunto [negociação da dívida externa]. Mantemos o compromisso de honrar o serviço da dívida”, respondeu.

A ausência da negociação da dívida externa é um dos aspectos que salta à vista entre as medidas que foram apresentadas na semana passada, na voz da ministra das Finanças, Vera Daves. O ‘rollover’ desta dívida foi inúmeras vezes apresentado como uma das apostas que o Governo devia seguir, considerando o forte peso do serviço da dívida na estrutura

do Orçamento de 2020, representando cerca de 60%, e o peso da dívida externa no global.

No plano do Governo, entretanto, consta o alcance de uma taxa de rollover mínima de 50% no financiamento interno, estimando uma poupança de cerca de 1.150 milhões de dólares.

O economista Domingos Forte defende que o Governo deveria tentar uma negociação semelhante com o financiamento externo. “Vale a pena tentar, também é dívida como a interna. É uma negociação, mas vale a pena dar o passo. Se se conseguir, muito bem, se não, pelo



No plano do Governo, entretanto, consta o alcance de uma taxa de rollover mínima de 50% no financiamento interno, estimando uma poupança de cerca de 1.150 milhões de dólares.

menos tentámos. Não podemos ficar sem tentar. Penso que conseguiríamos”, insiste.

Entretanto, o economista não coloca de parte a possibilidade de a ausência de negociação da dívida externa, entre as medidas, resultar de uma estratégia do Governo. “Deve ter alguma jogada na manga ou talvez não queira enviar aos mercados uma mensagem de fraqueza, preferido esperar pelo que acontecerá no meio do caminho.”

MENOS MINISTÉRIOS...

A redução da estrutura governamental é uma das medidas do plano de contingência, passando de 28 para 21 ministérios. Apesar do consenso que a decisão reúne, existem, entretanto, interrogações sobre como a redução do número de ministérios vai traduzir-se em ganhos financeiros. “O Governo,

melhor do que ninguém, que se dimensionar a si próprio, respeitando, entretanto, critérios de rigor, eficiência e eficácia”, defendeu o economista Alves da Rocha, acrescentando que esta redução só terá resultado se o Governo não procurar compensar com o aumento de mais secretários de Estado. “Esse é o meu receio. Se a reestruturação for cortar ministério, mas, como compensação, criarem-se mais secretarias de Estado, fica praticamente tudo na mesma. De qualquer maneira, é um sinal de que o Governo entendeu que o país está em crise”, comenta.

O economista defende ainda que o ajustamento da estrutura governativa deveria também representar o fim da “grande instabilidade institucional com exonerações” que se assiste desde que o Presidente tomou posse. “O que signi-

A ARÁBIA SAUDITA o anunciou esta segunda-feira a intenção de aumentar a exportação de barris de petróleo para 10,6 milhões por dia a partir de maio e neste mesmo dia o barril do Brent esteve a ser negociado a 22 dólares.



cadores através dos investimentos, estando a cumprir este papel é normal”. “A medida é de aplaudir, porque temos de contar com as nossas forças, temos de tirar gorduras. Tudo é válido, o dinheiro é nosso. Agora a reforçar o orçamento, é preciso que estes fundos sejam aplicados em áreas produtivas que possam produzir retornos. Se assim for, não há nenhum problema porque, dentro de alguns anos, podemos voltar a reconstituir o Fundo”, analisa.

Quem discorda com o fim do Fundo Soberano é o analista Flavio Inocêncio por entender que o fundo “baseia-se na equidade entre gerações”. “Infelizmente com esta crise financeira há pressões muito grandes para usar o dinheiro do Fundo. Na prática esta decisão de retirar 1,5 mil milhões de dólares do Fundo Soberano equivale ao fim do Fundo Soberano, assim como os 2 biliões alocados ao PIIM”.

Os recursos com origem no Fundo Soberano representam cerca de 29,3% do valor que o Governo perspectiva alcançar com as medidas um total de 5.102 milhões de dólares.

E OUTRAS MEDIDAS...

O Governo decidiu ainda avançar com a revisão do Orçamento Geral do Estado que passa a ter como pressuposto o preço do petróleo a 35 dólares contra os 55 por barril, e a produção de 1,36 milhões de barris/dia contra os 1,43 milhões das projecções em curso. Em relação aos diamantes, manter-se-ia o nível de produção, mas haverá redução do preço médio do quilate que passará dos 162 USD para os 100,3 USD.

Foram tomadas medidas para o período que vai até à aprovação do Orçamento revisto como a “cativação de 30% das despesas da categoria Bens e Serviços desde que não estejam relacionadas com alimentação (principalmente dos hospitais públicos e forças de segurança, medicamentos, limpeza e saneamento)”. Estão ainda suspensas as despesas de capital, com destaque para as novas aquisições de imóveis no país e no exterior, bem como as despesas de apoio ao desenvolvimento que não sejam de carácter prioritário e estrutural.

As suspensões abrangem ainda todos os processos de novas admissões e promoções na função pública, com excepção dos sectores já previamente aprovados, até à finalização da revisão do Orçamento.



Domingos Fortes, economista



Alves da Rocha, economista

fica que ainda não se encontrou a estrutura governativa ideal e pode ser que isso agora venha a acontecer”, admite.

O economista Domingos Fortes também aplaude a redução do número de ministérios, mas sublinha que “não garante, logo à partida,

a libertação de meios financeiros” para o reforço do orçamento. “Tudo dependerá das políticas de afectação desse pessoal porque, se se mantiver o mesmo pessoal, não se estará a fazer nada”, defende, para depois sugerir nomeações que permitam que os ministérios se livrem dos

“assessores que consomem muito dinheiro”.

“Sou dos que defendem que os secretários de Estado devem ser indivíduos com carreira, pessoas que crescem a pulso e são estes indivíduos que vão assessorar o ministro que pode ser um político. Mas o secretário de Estado tem de ser um tecnocrata e isso não está a acontecer, depois faz-se recurso a muitos assessores”, critica.

‘MORTE’ DO FUNDO SOBERANO GARANTE 29% DO DINHEIRO NECESSÁRIO

As medidas de emergência decretaram também a descapitalização em 1,5 mil milhões de dólares do Fundo Soberano. Na prática, a capitalização inicial do Fundo fica reduzida a 1,5 mil milhões de dólares, visto que, para a implementação do PIIM, o Governo retirou dos cofres

MEMORIZE

A ausência da negociação da dívida externa é um dos aspectos que salta à vista entre as medidas que foram apresentadas na semana passada, na voz da ministra das Finanças, Vera Daves.

dessa entidade dois mil milhões de dólares. No entanto, “há o compromisso de uma recapitalização futura, logo que as condições das finanças públicas o permitam”, como se lê no documento que elenca as medidas do Governo de João Lourenço.

O economista Domingos Fortes entende tratar-se de uma “decisão acertada”, visto que o “fundo deve produzir efeitos multipli-

Economia/Política

RESPOSTA GLOBAL À PANDEMIA

A maior ameaça do pós-Grande Guerra



CRISE GLOBAL. Enquanto África aguarda pelo apoio decisivo das instituições globais, a zona euro divide-se em torno dos ‘coronabonds’ e o Japão promete tudo fazer para salvar a economia. Solução para a maior crise à escala global no pós-guerra pode estar na solidariedade.

Por Redacção

Do possível suicídio de Thomas Schafer, o ministro das Finanças do Estado alemão de Hesse, à ameaça do premier português, António Costa, sobre o fim da União Europeia, passando pelo bilionário e histórico plano de apoio à economia acertado entre a Casa Branca e o Senado norte-americano, a crise precipitada pela pandemia da Covid-19 ressuscitou divergências profundas entre os membros da união económica mais sólida do universo, deu azo ao movimento anti-globalista, ao mesmo tempo que abriu uma oportunidade para

a reafirmação da solidariedade à escala mundial.

E é neste último ponto (a solidariedade) em que analistas como Martin Wolf, editor do Financial Times, ou até instituições transnacionais, como as Nações Unidas, encontram a solução para se evitar a catástrofe. Precisamente por isso o organismo liderado por António Guterres anunciou, na quarta-feira, 25, a criação de um fundo de dois mil milhões de dólares de apoio humanitário aos países mais vulneráveis. As contribuições dos credores para o ‘Plano de Resposta Humanitária Global à Covid-19’ da ONU ficarão abertas até Dezembro e os recursos deverão ser canalizados para os países vulneráveis de África, Médio Oriente, América do Sul e Ásia.

Num apoio expresso à iniciativa das Nações Unidas, o Fundo

Monetário Internacional e o Banco Mundial requereram aos credores alívio das dívidas dos países mais pobres, através da suspensão imediata das prestações pendentes. O objectivo, segundo as duas instituições transnacionais, passa por conferir tempo aos devedores no sentido de uma avaliação dos efeitos da pandemia sobre as respectivas economias.

Antes, a 4 de Março, a directora-geral do FMI, Kristalina Georgieva, já havia anunciado um fundo de 50 mil milhões de dólares para apoiar as economias pobres e emergentes para o combate ao surto da Covid-19. Disponibilizados a custo zero para os membros mais pobres, por via do Dispositivo de Crédito Rápido, os recursos, segundo Georgieva, podem ser acedidos sem um programa pleno do FMI, tendo pedido aos países membros

que assegurassem que o dispositivo estaria completamente recarregado e preparado para a crise.

ÁSIA ATENTA, EUROPA DIVIDIDA E AMÉRICA ALERTA

Enquanto instituições multilaterais se desdobram em busca de soluções assentes na solidariedade global, na União Europeia, os nervos mantêm-se à flor da pele. As fricções causadas em torno do debate sobre a hipótese de emissão dos ‘coronabonds’ já levaram o primeiro-ministro português, António Costa, a classificar as exigências do ministro das Finanças dos Países Baixos como “repugnantes”, depois de Wopke Hoekstra ter proposto à Comissão Europeia a elaboração de um relatório, no segundo semestre, para aferir a razão de alguns países terem lidado com a crise e

outros não, apontando o dedo aos membros do Sul em que se incluem Portugal, Espanha, Itália e Grécia.

No entanto, Angela Merkel, a chanceler alemã, cujo apoio é fundamental para o avanço do plano de mutualização da dívida dos países da zona euro, continua reticente, não tendo, até ao momento, avançado mais do que uma promessa de estudar a possibilidade. Mas, ainda que venha a dar luz verde aos ‘coronabonds’, depois de ter classificado a Covid-19 como “o maior desafio depois da 2.ª Guerra Mundial”, Merkel terá de enfrentar o poderoso parlamento alemão que, para muitos analistas, dificilmente deixaria passar o plano, num momento em que o país se encontra em choque pelo provável suicídio de Thomas Schafer, o ministro das Finanças de Hesse, por alegados receios dos efeitos negativos da pandemia sobre a economia do seu Estado.

No Japão, após a promessa de Haruhiko Kuroda, o governador do banco central do país, no sentido de tomar as “acções apropriadas” para proteger a economia, fortemente afectada em sectores como o turismo, por força da quebra dos turistas chineses, os investidores mantêm a esperança de uma intervenção que evite dados mais agravados.

Já os Estados Unidos, que se tornaram na última semana no país mais infectado com o novo coronavírus, têm os olhos postos no histórico ‘plano de salvação’, avaliado em dois biliões de dólares e proposto por Trump, tendo já merecido a aprovação do Senado, controlado pelos republicanos. Donald Trump não tem tido dificuldades em revelar, em diversas ocasiões, as suas hesitações quanto à obrigação de paralisação da economia, no ano em que deverá disputar a sua recondução à Casa Branca com o democrata Joe Biden, o mais bem colocado na disputa interna entre os pré-candidatos do partido de Barack Obama.

Para África, o mais frágil dos continentes, como tem recordado o director-geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, a esperança para sobreviver àquela que alguns economistas vão antecipando como a recessão mais violenta da história moderna, ultrapassando os efeitos da Grande Depressão de 1929, parece estar, definitivamente, na receita de Martin Wolf: “para evitar o desastre, a solidariedade entre países tem de ser tão forte quanto dentro deles”.

zap



VAI FICAR TUDO BEM

ASSISTA OS MELHORES CANAIS
NO CONFORTO DA SUA CASA.



#FIQUEEMCASA

APOIO AO CLIENTE:
935 555 500 | apoio.cliente@zap.co.ao
TODOS OS DIAS, INCLUINDO FERIADOS, DAS 7:00 AS 24:00

INFORMAÇÕES SUJEITAS A ALTERAÇÕES

SIGA-NOS EM:     + INFO EM: www.zap.co.ao

Entrevista

NUNO BORGES DA SILVA, EMPRESÁRIO E CEO DA TOYOTA DE ANGOLA

“Este ano poderá ser o pior dos últimos 30 anos”

Justifica a não adesão dos empresários à linha de crédito do BAD com as exigências “extremamente difíceis de cumprir”. E considera “difícil prever quão profundos serão os efeitos” do coronavírus. Para o empresário, depois de tudo passar, “será importante apoiar, de forma mais activa, o sector agrícola e da construção e dinamizar a indústria transformadora”.

Por César Silveira

C

Como é que avalia a actual relação entre o Executivo e a classe empresarial. Já conseguem sentir

os efeitos da criação do Grupo Técnico Empresarial (GTE)?

O GTE tem dado prioridade às questões mais importantes e transversais a todos os sectores com forte impacto na diversificação da economia com destaque para a implementação prática dos programas Prodesi, PAC e PIIM.

O que ainda deve ser melhorado ou afinado nestes programas, sobretudo o Prodesi e o PAC?

Os dois programas estão bem concebidos e são dois excelentes instrumentos para apoio ao desenvolvimento do empresariado privado nacional tendo, como primeiro objectivo, a redução das importações. As dificuldades estão na sua implementação que exige recursos humanos qualificados para apoio à sua execução, empresas estruturadas e projectos viáveis e consistentes. O PAC permite acesso ao crédito em condições bastante mais favoráveis que o crédito oferecido pela banca comercial. Esta é uma grande oportunidade.

Há correntes que defendem, em relação ao PAC, por exemplo, que, enquanto o Estado passar o ónus de financiar a Agricultura, nunca este sector atingirá o nível de desenvolvimento esperado. Concorda?

Não concordo. O PAC não é um programa paternalista. É um programa realista e essencial para o apoio ao Prodesi e que conjuga facilidades de crédito e assistência às empresas, facilitando o seu desenvolvimento e competitividade.

No ano passado, o GTE identificou mais de 80 constrangimentos na relação com o Governo. Estes gargalos estão a ser ultrapassados?

Muitos desses constrangimentos identificados foram submetidos à discussão entre os vários sectores do Governo e do GTE sob a coordenação do Ministério da Economia e Planeamento, tendo daí resultado decisões muito concretas que muito estão a contribuir para um melhor desempenho de muitas das nossas empresas.

A melhoria do ambiente de negócios é um dos objectivos do Governo. Pelo que foi alcançado até agora, acredita tratar-se de um objectivo a concretizar até ao fim do actual mandato?

No Programa de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2018-2022, foi estabelecido o objectivo de subir 15 posições acima da posição 175



As exigências do BAD são extremamente difíceis de cumprir por uma classe empresarial que se encontra numa fase inicial do seu desenvolvimento.

que ocupávamos em 2018. Em 2019, baixámos para 173. Não me parece que seja possível recuperar 17 posições até ao final do mandato. Muito trabalho já foi feito nesse sentido, mas muito mais há a fazer. Não é tarefa fácil reformar o sistema administrativo do Estado, o sistema legislativo, o sistema de tecnologias de informação, comunicações etc.

Pelo menos há vontade política, empenho da classe empresarial e dos vários intervenientes para a melhoria do ambiente de negócios? Sem dúvida. O Grupo Multisectorial criado para o efeito está a promover importantes reformas nos vários sectores conforme já referido. O GTE já deu significativas contribuições tendo por base a sua experiência e o conhecimento dos estrangulamentos existentes para o desenvolvimento da sua catividade.

Ao ritmo actual e mantendo as reformas que têm sido feitas, quanto tempo considera necessário para alcançar o ambiente desejado?

A Covid-19 vai ter um forte impacto negativo em todos os sectores quer público, quer privado. É difícil, neste momento, prever quando terminará e quão profundos serão os seus efeitos. O programado no PDN estará longe de ser cumprido.

A banca continua a culpar os empresários pelas dificuldades de cedência de crédito. Acusam

os empresários de continuarem a apresentar projectos que deixam muito a desejar...

É verdade que a qualidade de apresentação dos projectos, por vezes, não está alinhada com o que é recomendável. Por essa razão, o Ministério da Economia e Planeamento está a dar um suporte considerável aos empresários com recurso à consultoria privada que não só identifica a viabilidade dos projectos, como também valida os vários factores intervenientes na sua gestão. Esta intervenção tem também um papel extremamente didáctico. Os resultados desta intervenção são extremamente positivos, tendo possibilitado que muitos dos projectos propostos tenham já sido financiados.

Mas a linha de financiamento do BAD continua intacta por suposta falta de projectos credíveis. Não é um indicador bastante que a classe empresarial ainda está muito distante de cumprir as exigências?

As exigências do BAD são extremamente difíceis de cumprir por uma classe empresarial que se encontra numa fase inicial do seu desenvolvimento. Por essa razão é que foram criados o Prodesi e o PAC, para permitir que as empresas se desenvolvessem e possam criar recursos para a sua sustentabilidade.

Os empresários continuam a queixar-se das taxas de juro praticadas pela banca. Vê alguma solução

“Depois da pandemia, será importante apoiar, de forma mais activa, o sector agrícola e da construção e dinamizar a sua indústria transformadora.”

para que os financiamentos sejam mais baratos?

Não é possível que as taxas de juro da banca comercial estejam abaixo da inflação do país. Essa é a razão por que foi criado o PAC, que tem um mecanismo de financiamento que permitiu fixar um limite máximo de taxa de juro e custos de até 8,5%.

Já se referiu aos efeitos ainda desconhecidos da Covid-19 sobre a economia. Mas, em termos gerais, como perspectiva o ano económico e empresarial?

As perspectivas são pessimistas, como não poderia deixar de ser. A forte queda na procura de petróleo no mercado internacional provocada pela Covid-19 e a falta de entendimento entre a Arábia Saudita e a Rússia sobre a produção provocaram uma queda no preço totalmente inesperada. A Covid-19 está a provocar o caos nos mercados e a consumir recursos financeiros muito expressivos. Angola está a ser fortemente afectada por toda esta turbulência com grande impacto nas nossas empresas. Este ano poderá ser o pior dos últimos 30 anos.

Quando estima o pior ano das últimas três décadas, está a olhar para que indicadores?

Crescimento negativo da economia angolana mais acentuado que nos últimos cinco anos, preço do petróleo a cerca de metade do previsto no Orçamento Geral do Estado (OGE), receitas fiscais muito abaixo do previsto devido ao colapso da actividade económica, quebra no investimento público e privado. São factores muito negativos para o país.

Caso este ano venha efectivamente a ser o pior dos últimos 30 anos, quanto pensa que será necessário para reerguer o país e que medidas deveriam ser tomadas?

A Covid-19 não estava nos nossos planos. Surge numa fase em que o país estava no bom caminho para o crescimento e consolidação das contas públicas. O Governo tudo está a fazer e tem o apoio inequívoco dos empresários para tentar minimizar os efeitos desta crise, mas as consequências extremamente negativas são inevitáveis. O Governo, com certeza, estará já a rever as suas previsões económicas e financeiras e a delinear um plano estratégico, com apoio da comunidade internacional, para o pós-Covid-19. Além de um programa task-force, deverá dar continuidade



Mário Mujitas © VE

aos programas já em curso, basicamente o Prodesi, PAC e PIIM. Face à pandemia da Covid-19, os governos estão a precisar muito da acção de responsabilidade social e solidariedade da classe empresarial.

Como avalia a capacidade e disponibilidade da classe empresarial angolana para apoiar e auxiliar o Governo neste momento?

As empresas são das que mais estão a sofrer com esta crise. Não têm condições para dar a sua contribuição no ponto de vista da responsabilidade social. Estão a tentar sobreviver e manter os empregos. O GTE está a apelar ao apoio possível do

Estado para que não encerrem.

Foi declarado o estado de emergência. Que medidas devem ser criadas para proteger a classe empresarial no período pós-pandemia?

As empresas necessitam, já nesta fase, de alívio das suas responsabilidades fiscais e de segurança social, diferindo e, nalguns casos, perdendo a sua liquidação, que os bancos façam uma moratória aos créditos. Este seria o pacote mínimo de sobrevivência das empresas e do emprego. Depois da pandemia, será importante apoiar, de forma mais activa, o sector agrícola e da cons-

trução e dinamizar a sua indústria transformadora. De uma forma muito geral, seria importante aliviar a carga fiscal das empresas e, à medida do crescimento económico, ir melhorando salários para aumentar o consumo.

O momento actual lembra a necessidade de diversificar a economia. Mas, sobretudo, coloca a pensar quais os sectores que mais rapidamente ajudariam a sair desta crise. Quais seriam?

Sem dúvida que a solução é o que o Governo definiu como sua prioridade, ou seja, a diversificação da sua economia sustentada nos nos-

os recursos naturais e nos seus recursos humanos. Estes objectivos requerem uma gestão cuidadosa dos recursos financeiros disponíveis.

PRESSÃO NOS AUTOMÓVEIS

Que avaliação se pode fazer do sector automóvel?

O sector automóvel está a sofrer uma enorme pressão provocada pelas razões já referidas, com a agravante de ter de reduzir a sua actividade quase na totalidade, mantendo todas as suas obrigações salariais e fiscais. Vai ser muito difícil.

Depois de vários anos a registarem-se quedas nas vendas, no ano passado, registou-se uma tendência de aumento. O que esteve na base desta ligeira melhoria?

O mercado estava lento, mas a reagir de forma positiva, suportado pelos programas do Governo e uma melhor gestão macroeconómica.

Como perspectiva as vendas para os próximos anos?

Difícil de imaginar neste momento, quando estamos dependentes de elementos que não controlamos. Vamos ver se, daqui a mais dois ou três meses, poderemos rever as nossas projecções com base em pressupostos mais controlados.

A concorrência do mercado paralelo foi sempre uma das maiores preocupações da Acetro. Esta preocupação mantém-se ou sentem-se mais protegidos?

Os factores que estão na base dessa preocupação ainda se mantêm. O que a Acetro deseja é que haja uma concorrência saudável, transparente e de igual oportunidade para todos.

A dívida para com os fornecedores era outra preocupação dos concessionários. Qual é a condição actual da dívida?

O BNA fez um grande trabalho de organização e disciplina no sistema financeiro, que permitiu que regularizássemos as dívidas a fornecedores e um funcionamento bastante normal do actual sistema de pagamentos.

No ano passado, falou-se da possibilidade de a Toyota ter uma fábrica de montagem em Angola. É um projecto para avançar?

Vai levar algum tempo. Essa possibilidade passa pela análise do mercado interno, aspectos legais e fiscais, conteúdo local etc.

Mercados & Negócios

PARALISAÇÃO DA ECONOMIA GERA PÂNICO

Empresários sem receitas para pagar salários

CRISE. Gestores e patrões queixam-se de problemas que se arrastam desde o início da crise em 2014. Há quem estime apenas 30 dias para as empresas “aguentarem” sem actividade.

Por Isabel Dinis

Gestores, líderes de associações empresariais e proprietários de várias empresas recebem dos efeitos de um eventual alargamento do Estado de Emergência, admitindo dificuldades no pagamento de salários, por falta de receitas.

Jorge Baptista, presidente da Associação dos Empreendedores de Angola (AEA), detalha que manter salários sem receitas “é impensável”, visto que as empresas trabalham com “margens apertadas”. E acrescenta: “a rentabilidade hoje, face à anterior crise, não permite sequer pensar nisso”.

O empresário, que acredita que se vai alargar o Estado de Emergência, defende que se pense agora na pandemia. “Se estamos limitados aos direitos fundamentais, obviamente que preferimos dizer que mor-

remos como empresa amanhã, mas, desde já, pensar no futuro incerto não faz qualquer sentido”, lamenta o representante de uma associação com cerca de 70 empresas e 800 trabalhadores.

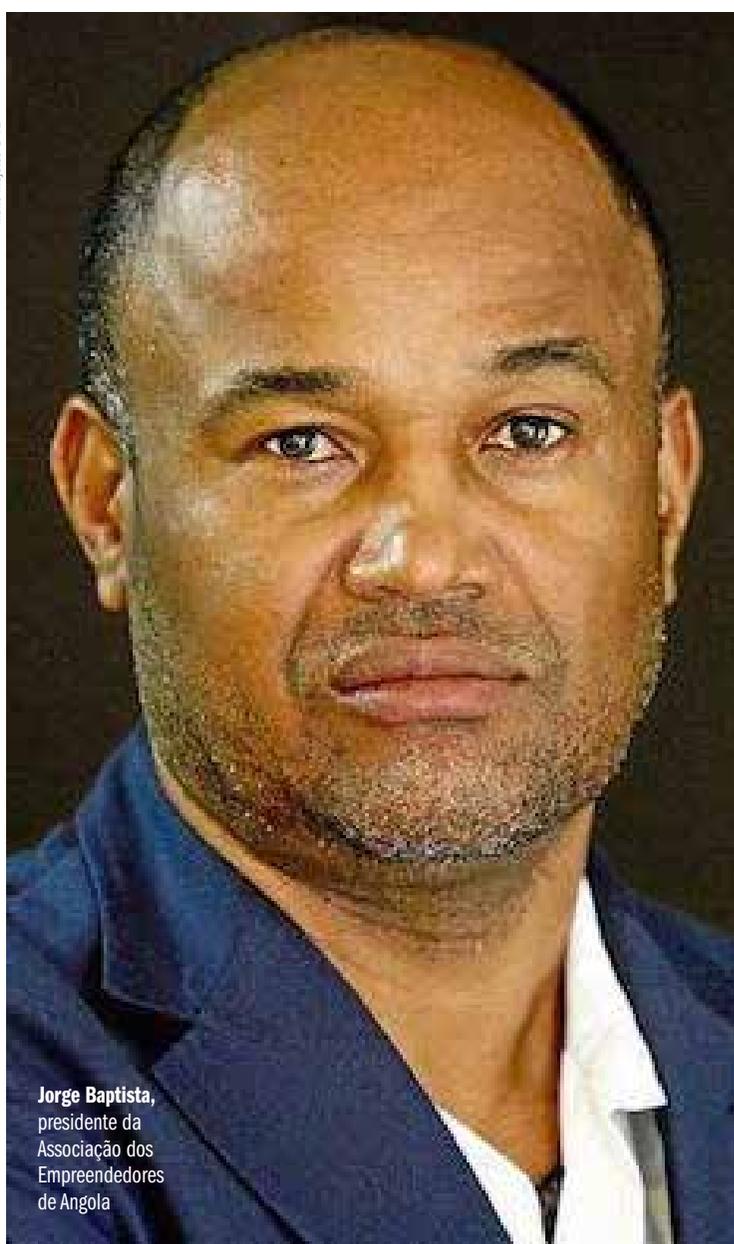
Na mesma ‘onda’, o empresário brasileiro e vice-presidente da Associação dos Profissionais Imobiliários de Angola, Cleber Correia, acredita que, se for feita uma pesquisa, as empresas não têm receitas para mais do que um mês. “Se elas ficarem 30 dias sem facturação, ainda podem pagar um salário. Mas depois não pagam mais. Essas empresas vão fechar”, estima.

Proprietário da imobiliária Proimoveis, com oito funcionários, o empresário brasileiro acredita que, em economias informais como a angolana, as pessoas não têm dinheiro para mais de dois ou três dias. “Na minha obra (um projecto habitacional em Viana), há um rapaz que trabalha como ‘kupapata’ e recebe por semana. Ele mantém a casa dele.

Em frente ao restaurante Chitaka, há um rapaz de 12 anos que leva para casa todos os dias 2.500 kwanzas e sustenta a família. Era importante não parar e sim diminuir o volume de trabalho”, exemplifica.

Cleber Correia teme ainda que Angola, por causa da situação económica, não respeite, durante a vigência o Estado de Emergência, a propriedade privada, que “começa pela comida, mas depois vão a outros serviços, principalmente nas periferias”. “E começa por um sofrimento por causa da fome”, ressalta.

Por sua vez, a empresária Elizabeth Dias dos Santos garante que gostaria de continuar a pagar os salários aos funcionários, mas avisa que, se não vender não há ‘cashflow’ para salários, maté-



Jorge Baptista, presidente da Associação dos Empreendedores de Angola

70

Números de empresas que compõe da AEA

outros. “Parar um projecto com esta dimensão implicará, para a sua recuperação, um prazo mínimo de dois anos e meio ou até mais”, calcula. Elizabeth Dias dos Santos prefere “nem colocar este cenário” sobre a mesa. Por enquanto, tem adoptado as medidas impostas pelo Estado de Emergência.

O grupo Organizações Chana fez o pagamento antecipado do salário de Março. O director-geral, Paulo Vaal Neto, afirma, no entanto, que, se continuar o Estado de Emergência, a empresa “não tem condições para se manter sem actividade em função dos compromissos existentes”.

MEDIDAS ADOPTADAS PELAS EMPRESAS CONTRA A COVID-19

A empresa Proimoveis, de Cleber Correia, decidiu dispensar os funcionários a partir desta semana, depois de ter começado por colocá-los a trabalhar de forma alternada. As grávidas foram dispensadas.

Já o grupo Deside, da empresária Elizabeth Dias dos Santos, disponibilizou máscaras, luvas descartáveis e álcool em gel para uso “permanente dos funcionários”, entre outras medidas. O grupo fez ainda restrição do número de clientes. Foram dispensados funcionários com mais de 60 anos, grávidas e mães com filhos menores de 12 anos.

A direcção das Organizações Chana, por seu lado, decidiu manter apenas em funcionamento serviços de assistência técnica e reparação de automóveis, das 8 às 13 horas. A empresa dispensou as mães com filhos menores de 12 anos, implementou a medição da temperatura dos trabalhadores e a desinfeção obrigatória.

ria-prima, amortizações e financiamentos. “Grandes economias estão a ser dizimadas pela Covid-19. Devemos apelar à contenção, à união e ao espírito de missão. Mas, em primeiro lugar, está a prevenção e a vida humana.”

A empresária lembra que um projecto avícola tem de ser monitorizado 24 horas por veterinários, electricistas, técnicos de maneo, de informática e de alimentação animal, entre

A STARTUP ANGOLANA AmbiReciclo está a produzir diariamente mil barras de sabão reciclado, feito de óleo vegetal usado. A produção destina-se a ajudar as famílias carenciadas prevenirem-se da COVID 19.



AAVOTA ADMITE

Agências de viagens em risco de encerramento definitivo

Sector é dos mais afectados pela pandemia da Covid-19, por causa do fecho das fronteiras em várias partes do mundo. Agentes turísticos com futuro incerto.

Muitas agências de viagens correm o risco de encerrar “definitivamente” ou de serem obrigadas a “redesenhar” o portefólio de negócios, com o agravamento da crise.

A presidente da Associação de Agências de Viagens e Operadores Turísticos de Angola (Aavota), Catarina de Oliveira, explicou ao VALOR que as agências de viagens já vêm enfrentando uma “desaceleração no volume de negócios por causa da crise” e que “a Covid-19 só veio piorar”.

“Isso levou a que a maior parte das agências tivesse de fechar. Sem viagens, sem hotéis, restaurantes e recepção de turistas não há negócios”, esclarece.

Com 120 agências até há um mês, Catarina Oliveira acredita que o número actualmente deve ser bem menos. E não apenas por causa da Covid-19, mas também pela “volatilidade” e “instabilidade” do negócio.

Insistindo que a maioria das empresas está numa situação “complicada e grave”, a representante dos operadores turísticos acredita, no entanto, que a pandemia vai obrigar a que os operadores “estiquem” os horizontes, além da venda de bilhetes de passagem. “Estamos a repensar como iremos sair desta situação e redefinir os negócios. Não vamos apenas vender bilhetes de passagem”, anuncia.

Os associados da Aavota têm sido estimulados a realizar cursos para estruturação de pacotes de viagens e a fazer alianças com hotéis, restaurantes e entidades viradas para a cultura. “Tudo o que for lazer os agentes podem fazer. E também pode passar pela saúde e educação. Temos de fazer o que o mundo inteiro hoje em dia faz. E tentar até estruturar as agências para que sejam agências virtuais. Hoje em dia, a maioria das compras dos serviços é feita na internet”, comenta, referindo que a associação tem acatado as orientações do Governo.

ASSOCIAÇÃO JUSTIFICA QUE PROPOSTA NÃO É ONEROSA

AMSA defende validação das apólices vencidas para um mês

SEGUROS. Ensa aprecia proposta dos mediadores, mas sublinha que o facto careceria de um aval do regulador, por se tratar de uma iniciativa não prevista na lei. Companhia já aprovou algumas medidas para apoiar o combate à Covid-19.



Por Antunes Zongo

O presidente da Associação dos Mediadores e Corretores de Seguros de Angola (Amsa) propõe às companhias do sector a validação das apólices de seguros que já tenham vencido para um prazo de até 30 dias, visando facilitar os utentes que se encontram com dificuldade financeira para renovar os contratos, face ao contexto gerado pelo novo coronavírus.

Celestino Pelé sublinha compreender que o momento é também “difícil para as companhias”, daí a proposta de extensão do prazo de validade apenas para os seguros auto e de acidente de trabalho.

Para o responsável da Amsa, a validade temporal nos dois ramos “não será muito onerosa” para as seguradoras, dado que boa parte

dos tomadores do seguro de acidente de trabalho cessou as actividades por força do Estado de Emergência. Na perspectiva de Celestino Pelé, o mesmo sucede praticamente com os segurados do ramo automóvel, que também reduziram a circulação. “É hora de as seguradoras estarem sensibilizadas à volta do combate à Covid-19. As companhias não devem pensar apenas na arrecadação de prémios fabulosos para estarem no top 10, devem também ser proactivas com programas de apoio em momentos de calamidades”, observa, acrescentando que, apesar da retracção económica geral, “o mercado de seguro tem estado a apresentar um bom resultado”.

Mas Carlos Duarte, PCA da Ensa, aprecia a proposta e diz-se “disponível” em promover a extensão da validação dos contratos vencidos, desde que o facto resulte de um consenso entre os players e o regulador, por se tratar de uma iniciativa que “contraria um pouco as normas regulamentares”.

Recorda que as seguradoras já têm apoiado os utentes e, no caso da Ensa, aponta como exemplo o seguro de trabalho, em que a companhia estendeu a cobertura para o seguro teletrabalho, embora sem ser pago.

O responsável da maior seguradora do país conta que, apesar de a Covid-19 não estar na esfera do seguro de saúde por se tratar de uma pandemia, as companhias acordaram que todos os encargos relacionados com o diagnóstico, nomeadamente os testes, as consultas preliminares até a declaração da doença, ficassem cobertos, e que só depois o paciente passa para a esfera pública.

Mateus de Brito, PCA da Sol Seguros, considera a proposta “exequível”, sendo que, à semelhança de Carlos Duarte, recorda que a Agência Nacional de Regulação e Supervisão de Seguros deve aprovar a medida. Entre outras, apela às autoridades responsáveis pela fiscalização do cumprimento obrigatório do seguro automóvel a serem menos rigorosas, dado que boa parte das seguradoras dispensem o pessoal.

Uma fonte da Protteja Seguros, que opta pelo anonimato por falta de autorização para se debruçar sobre o assunto, considera que os 30 dias propostos pela Amsa já se enquadram na lei. Ou seja, o “diploma que rege o sector obriga as seguradoras” a permitirem os “tomadores a pagarem pela subscrição” 30 dias depois de caducada a anterior apólice. Responsáveis de outras seguradoras garantiram ao VALOR estarem a estudar a proposta.

(In)formalizando

RESISTÊNCIA AO ESTADO DE EMERGÊNCIA

Mototaxistas e comerciantes justificam violação com falta de poupança

ESTADO DE EMERGÊNCIA. Operadores do mercado informal propõem às autoridades medidas que os ajudem a manter a actividade. Governo alertou para risco de detenções, em caso de incumprimentos das restrições, no âmbito do combate à pandemia do novo coronavírus.

Por Antunes Zongo

A falta de mantimentos e de poupança financeira para fazer face às restrições impostas pelo Estado de Emergência é evocada por mototaxistas e comerciantes como estando na base da permanência nas ruas, apesar da proibição de circulação e aglomeração de pessoas, em vigor desde a primeira hora da última sexta-feira, 27.

Embora cientes das eventuais consequências criminais, os operadores não abdicam, justificando que a cessação das actividades pode “resultar em danos catastróficos” para os seus dependentes.

Ao VALOR, vários comerciantes confessam que a facturação “caiu significativamente” nestes dias de confinamento dos consumidores nas residências. Ainda assim, alegam que “o pouco” que conseguem “tem servido” para pôr comida à mesa.

Jorge Abílio, de 24 anos e mototaxista há um, tem esposa e duas

MEMORIZE

● O ministro da Administração do Território e Reforma do Estado adverte que o “não cumprimento da ordem” constitui um crime de desobediência, “podendo dar lugar à detenção imediata”.

12

mil kwanzas é quanto os mototaxistas entregam aos patrões semanalmente.

filhas. Conta que a actividade é a única fonte de receita da família, por isso, contrário à paralisação total, sugere maior autonomia às comissões de moradores, para que essas possam criar regras de actuação dos mototaxistas. “Por exemplo, nos mercados geridos pela administração pública, o Governo está a diminuir o número de ven-



Estado de Emergência é evocada por mototaxistas e comerciantes como estando na base da permanência nas ruas.

dedores. Uns operam num dia, e outros nos dias seguintes, nós, os mototaxistas, também podemos trabalhar desse jeito”, observa o jovem, para quem largar o trabalho durante 15 dias pode “resultar em morte por fome” das filhas.

À semelhança de Jorge Abílio, Fernando Susana, também taxista, continua a operar. Nega

que seja “desobediente” em relação às ordens governamentais, sugerindo que as autoridades deviam, “antes de decretar o Estado de Emergência”, criar um plano de “contingência alimentar”, com a criação de cozinhas comunitárias, onde as pessoas pudessem adquirir alimento, como sopas, por exemplo, a preços abaixo do mercado.

O jovem, que suspendeu os estudos na 11.ª classe, recorda que, segundo o Instituto Nacional de Estatística, em cada 10 pessoas, nove são pobres, em cerca de 40% dos municípios do país, o que, para ele, a medida do Governo em suspender algumas actividades de cariz comercial e de prestação de serviços informais “não foi estudada”.

PRAÇAS MANTÊM-SE ABERTAS

Assim como os motoqueiros, os comerciantes dos pequenos mercados no interior dos bairros também não desistem. Para lá dos mercados dos bairros, que se podem considerar como de difícil acesso para as autoridades, os mercados paralelos ao mercado do São Paulo também continuam com os aglomerados de pessoas.

Os comerciantes também apontam, sobretudo, a falta de alimentos em casa como resultado da permanência nas ruas.

No entanto, independentemente das razões evocadas, em conferência de imprensa, o ministro da Administração do Território e Reforma do Estado adverte que o “não cumprimento da ordem” constitui um crime de desobediência, “podendo dar lugar à detenção imediata”.

Durante o anúncio detalhado das instruções, o governante deixou claro estar interdita a “circulação de mototaxistas”, bem como a “venda de bens não essenciais” nos mercados informais.

FACTURAÇÃO QUEDA 50%

Os mototaxistas ouvidos pelo VALOR são todos operadores do interior dos bairros e optaram por fazer linhas curtas, com a corrida fixada em 100 kwanzas.

Boa parte trabalha com motorizadas de terceiros, aos quais entregam dois mil kwanzas por dia, durante seis dias da semana. O sétimo dia está reservado para o próprio mototaxista.

Segundo vários mototaxistas, a facturação real varia, entretanto, entre os cinco e seis kwanzas por dia, sendo que o excedente é destinado ao abastecimento da motorizada, alimentação do operador, e para eventuais constrangimentos. No entanto, face ao Estado de Emergência, os mototaxistas passaram a facturar pouco mais de três mil kwanzas/dia, o que perfaz uma redução de aproximadamente 50%.

Taça Cheia



96.1 fm

Rádio Essencial

Todos os
sábados,
às 22:00,
com
**Sebastião
Vemba**

DEJURE



JUNTO DO TRIBUNAL ARBITRAL DO DESPORTO

FAB processada por dívidas de mais de 1,5 milhões USD

CONFLITO. Comissão de gestão diz ter encontrado também outra dívida de quase 300 milhões de kwanzas. Valores são referentes ao pagamento de salários aos funcionários, atletas e treinadores que estiveram ao serviço das selecções nacionais.

Por Redacção

A Federação Angolana de Basquetebol (FAB) foi processada pelo ex-seleccionador nacional sénior masculino, o norte-americano William Voigt, junto do tribunal arbitral do desporto.

Em causa, segundo o coordenador da comissão de gestão da FAB, Gustavo da Conceição, estará uma dívida de mais de 1,5 milhões de dólares e outra de quase 300 milhões de kwanzas que, de acordo também com o responsável, são valores referentes ao pagamento de salários aos

funcionários, atletas e treinadores que estiveram ao serviço das selecções nacionais.

A FAB, órgão reitor da modalidade em Angola, recebeu uma notificação daquela instância judicial e, segundo o coordenador da comissão de gestão da federação, citado pela Angop, a intimação é, na verdade, dirigida ao antigo presidente federativo, Hélder da Cruz 'Maneda'.

De acordo com Gustavo da Conceição, o dossier do tribunal arbitral do desporto possui datas limites para a conclusão de determinadas etapas, das quais a resposta ao tribunal face às declarações do treinador William Voigt, sendo que as outras questões serão tratadas por vídeo-conferência, devido à situação da covid-19, que assola o

mundo, e que em Angola já infectou sete pessoas, duas das quais resultaram em mortes.

"Há um dossier constituído que estamos a dar tratamento com a reserva que se impõe, por isto também não posso adiantar mais pormenores, mas, nos próximos dias, o basquetebol do nosso país vai ter de assumir e responder", afirmou.

O coordenador da comissão de gestão da FAB, que já dirigiu o organismo por dois mandatos (entre 2004 e 2012), é coadjuvado por Tony Sofrimento, Anselmo Monteiro, Bi Figueiredo e Brandão Júnior.

Provisoriamente, o grupo substituiu o presidente demissionário, Hélder Cruz 'Maneda', até às próximas eleições, que estão previstas ainda para este ano.

BNA ENCAIXA MAIS DE 420 MILHÕES KZ

Bancos incumpridores multados

O Banco Nacional de Angola (BNA) instaurou, no segundo semestre de 2019, 490 processos sancionatórios que culminaram em mais de 421 milhões de kwanzas de multas.

Do total, 288,17 milhões de kwanzas correspondem às sanções aplicadas aos bancos comerciais que registaram cinco admoestações e 133,48 milhões de kwanzas às instituições financeiras não bancárias, com sete admoestações.

O BNA, por intermédio do departamento de regulação e organização do sistema financeiro, no âmbito do monitoramento das actividades das instituições financeiras no período de Julho a Dezembro de 2019, instaurou 490 processos sancionatórios, que culminaram com a aplicação de 158 sanções pecuniárias.

Quanto às infracções praticadas pelos bancos, em relação à matéria cambial, destacam-se determinados incumprimentos como o do reporte das operações cambiais de importação de mercadorias; incumprimento do reporte das operações cambiais executadas em moeda estrangeira; incumprimento das normas e procedimentos de operações cambiais e incumprimento do limite de liquidez.

As instituições sancionadas não cumpriram também com o reporte e publicação do relatório e contas, dos balancetes trimestrais, com as normas sobre regras e procedimentos da actividade das IFNB, normas sobre a adequação do capital social mínimo, sobre o volume de créditos concedidos, dos prazos de reportes periódicos e do reporte sobre taxas.





Responsabilidade Social Corporativa em 2020

ESTRATÉGIA. As previsões do que seria expectável da parte do mundo corporativo em termos de contributos sociais este ano foram totalmente atropeladas pela pandemia da Covid 19, que tornou prioritária a sobrevivência básica das empresas e dos postos de trabalho que criam. No entanto, porque este é um momento de reestruturação profunda do próprio tecido empresarial a nível mundial, e sobretudo porque a pandemia há de ter o seu fim, aqui ficam as cinco tendências de investimento em Responsabilidade Social Corporativa (RSC) para inspiração.

Mais prevenção contra desastres

O investimento na prevenção de desastres naturais ou causados pelo Homem nunca fizeram mais sentido com a vida das empresas a ser virada do avesso por circunstâncias imprevisíveis. As grandes empresas têm, ao lado das seguradoras, de se preparar melhor para imprevistos de modo a garantir a sua manutenção e a segurança dos seus funcionários e operações.

Comunicação e combate às fake-news

As notícias falsas e a velocidade a que são propagadas em meios online, exigem das empresas uma nova dinâmica em termos de comunicação interna e externa que permita por um lado ser transparente, um valor cada vez mais importante a nível corporativo e também social, e por outro hábil a detectar notícias falsas que impactem o funcionamento da empresa.

Aposta nas energias limpas

O know-how é sempre um investimento acertado porque contribui simultaneamente para o crescimento da empresa, dos funcionários e com isso da sociedade onde se inserem, criando um círculo virtuoso vital para o desenvolvimento colectivo. O cenário de pandemia revelou o valor da aprendizagem online que tem custos estruturais mais baixos e que é facilmente optimizável para servir a actividade da sua empresa.

Mais formação

Embora esta seja uma regra de ouro da melhor gestão corporativa, nos dias que correm os funcionários tornam-se cada vez mais cientes tanto de direitos como de obrigações e recebem um fluxo de informação nunca antes experienciado que pode ser benéfico, no caso da informação ter utilidade, ou nefasto, em caso das notícias falsas por exemplo. Estar perto dos seus funcionários, comunicar e criar empatia sem aproveitamentos de parte a parte é, cada vez mais, prova de Responsabilidade Social.

Estar ao lado do seu staff

Apesar de Angola ser produtor e dependente de petróleo, remar contra a maré do investimento nas energias limpas e da reciclagem, será contraproducente no futuro. Se têm em mãos a reestruturação da sua empresa ou a fundação de uma nova, tenha em consideração o ambiente e o que pode fazer para ajudar a preservá-lo no âmbito da actividade da sua empresa.

Opiniões



‘Bendito’ Convid-19



César Silveira,
Editor Executivo
Valor Económico

Foi preciso a chegada deste maldito coronavírus para o Governo avançar com reformas que há anos se defendiam e que a maioria dos angolanos acreditou que iniciariam em 2017 com o mandato de João Lourenço.

A redução da estrutura do Governo estava entre as expectativas, mas acabou por ser uma decepção. Tudo se manteve como antes: 31 ministros (entre os quais os ministros de Estado).

Os apelos para a redução do Governo continuaram perante a permanência e agravamento da situação económica e financeira do país. Mas nada indicava predisposição de João Lourenço em emagrecer a sua equipa. Nem mesmo os “cofres vazios”. Foi necessário a chegada do maldito Coronavírus e as suas consequências.

Neste aspecto, o vírus terá sido bendito. Chega a ser arrepiante ima-

ginar que foi necessário a situação extremar para o Governo tomar como emergentes medidas que poderiam ser tomadas sem este selo. Ou, pelo menos, poderiam ser tomadas sem necessariamente estarem ligadas a um ‘assassino silencioso’.

Há medidas que, sim, são normais no contexto como a revisão do OGE, por exemplo. Mas todas aquelas que visam essencialmente racionalizar custos não precisavam de esperar por este momento, pois foram inúmeros os apelos. Por diversas vezes, diferentes vozes acusaram o Governo de pedir sacrifício ao povo, exigir o aperto do cinto, quando continuava a esbanjar como se tivesse tudo bem com viagens e outras benesses desnecessárias. Muitas delas são agora consideradas ‘gorduras’ graças ao maldito vírus. E talvez hoje não fosse necessário agradecer a um assassino silencioso.

Uma vez que o desejo colectivo é que a pandemia seja coisa do passado o mais rápido possível, resta apelar que, quando isso acontecer, quando o vírus desaparecer, não leve o lado positivo que nos legou. Porém, o histórico obriga a acreditar que isso pode acontecer com alguma facilidade. Basta lembrar que se devolveu à gaveta o projecto de diversificação económica, sempre que a crise que levasse a pensar nele fosse embora.

Transformação de Auditoria Interna



Nuno Abrantes,
Manager EY

“O melhor ataque é a defesa. Nos últimos anos, as instituições financeiras encetaram um processo de reconhecimento (natural ou, em alguns casos, “forçado” pelo Regulador e demais agentes de mercado) da importân-

competências e, mais actualmente, o fortalecimento dos quatro alicerces da função: a visão estratégica do seu mandato, as pessoas, o modelo operativo, e a tecnologia.

Neste âmbito, as Instituições têm recorrido a processos de auto-avaliação ou de avaliação externa com vista a (i) ganhar (maior) visibilidade do seu nível de maturidade face ao mercado e, por vezes, (ii) trilhar o caminho da certificação do IIA (Institute of Internal Audit) como mecanismo de “acreditação” da Função e de consolidação do reconhecimento interno criado no tal “pontapé de saída”.

Esta certificação aborda requisitos como a independência e o posicionamento orgânico da Função, a metodologia de gestão e execução das actividades da auditoria interna, as obrigações de reporte aos conselhos de administração ou comissões executivas, a participação da AI na governação das instituições, o desenvolvimento profissional contínuo, entre outros.

O processo de auto-avaliação ou avaliação externa é uma oportunidade de olhar além dos “mínimos olímpicos” da certificação do IIA e reflectir sobre a capacidade tecnológica da Função, actual e futura, identificar quick-wins de eficiência ainda por aproveitar, avaliar a capacidade de retenção/motivação do capital humano e de disseminação de conhecimento, bem como identificar as relações por explorar/consolidar entre AI e os demais stakeholders.

Por outras palavras, é um processo que pode (e deve) olhar para a capacidade da Auditoria Interna se posicionar como agente de criação de valor, com voz activa e impacto efectivo na transformação em curso nas suas instituições.

cia do mandato e concretização das suas “linhas de defesa” (conceito com semelhanças desportivas), enquanto parte integrante da estratégia de transformação de negócio e robustecimento da framework de controlo interno.

Um sinal de que não é só no futebol que o melhor ataque é a defesa, temos assistido a uma revisão holística das funções de gestão de risco e compliance – 2.ª linha de defesa – e de Auditoria Interna (AI) – 3.ª linha de defesa.

Focando na actuação da 3.ª linha de defesa, o ‘pontapé de saída’ dos departamentos de auditoria interna tem sido a sensibilização e credibilização das suas

“ Podem existir alguns motivos para esperança: alguns países estão a avaliar a eficácia de determinados medicamentos anti-retrovirais contra o COVID-19. Se funcionarem, será um grande alívio para os africanos. ”

Conseguirá África resistir ao COVID-19?



Denis Chopera



Á

frica não está ser tão atingida quanto muitos esperavam, pelo menos até agora. Embora o número de

países afectados no continente tenha subido para 43, o vírus não parece estar a alastrar tão rapidamente como noutros lugares.

Alguns cientistas pensam que isto se deverá em parte a uma questão climática. Um estudo concluiu que o vírus COVID-19 poderá ser menos estável em temperaturas mais elevadas, com a temperatura óptima para a transmissão a rondar provavelmente os 8,72 °C. As temperaturas na maioria dos países africanos raramente descem abaixo dos 15 °C. Isto não significa que o vírus COVID-19 não possa ser transmitido em climas mais quentes, apenas que poderá ser mais simples controlá-lo nessas regiões.

Mas ainda subsistem outros desafios sérios à contenção, começando pelo facto de o COVID-19 apresentar um período de incubação superior ao da constipação comum (um outro coronavírus) e de os indivíduos assintomáticos serem contagiosos. Embora as pessoas sintomáticas sejam mais contagiosas, e este ser aparen-

Menos de cinco meses após o primeiro caso documentado do coronavírus COVID-19, globalmente as infecções já ultrapassaram as 340.000 e verificaram-se perto de 15.000 mortes (este texto foi escrito a 24 de Março). Esta pandemia está a devastar sociedades e economias por todo o mundo, mas África arrisca-se a enfrentar danos particularmente graves e duradouros.

temente o mecanismo principal para a propagação do vírus, as pessoas assintomáticas representam um perigo significativo, porque existe menor probabilidade de que limitem as suas interações. Isso dificulta grandemente o rastreio da transmissão.

Depois existe a questão da gravidade. Embora a maioria dos casos de COVID-19 se caracterize por sintomas ligeiros e moderados, a gravidade do vírus aumenta de forma acentuada para idosos e para quem tem problemas de saúde pré-existentes, como afecções cardiopulmonares e diabetes.

Sendo o continente mais jovem do mundo, com uma idade média de 18 anos (menos de metade da idade média na Europa), África poderá ter menos motivos para preocupação em termos de gravidade. Não é coincidência que a taxa de mortalidade em Itália – que tem uma idade média de 47,3 – tenha atingido os 9%, comparativamente a uma

média global de 3,4%.

Em termos de problemas de saúde pré-existentes, porém, África encontra-se numa posição muito mais precária. Embora as doenças não transmissíveis, como a diabetes, estejam tradicionalmente associadas aos países desenvolvidos, existem provas de que estão a proliferar em África. Além disso, África é assolada por dois outros problemas – o VIH (o vírus que causa a sida) e a tuberculose (TB) – que podem representar sérios riscos para as pessoas infectadas com o COVID-19.

Na África Subsaariana habitam cerca de 70% das pessoas que vivem com o VIH em todo o mundo e 25% dos novos casos de TB (a principal causa de morte entre pessoas infectadas pelo VIH) ocorrem em África. Como o VIH e a TB não estão difundidos nas regiões até agora mais fustigadas pelo coronavírus, não existem muitos dados sobre as implicações para os infectados

com o COVID-19. Mas parece ser razoável presumir que as pessoas com VIH e/ou TB terão maior risco de desenvolver formas graves do COVID-19.

Podem existir alguns motivos para esperança: alguns países estão a avaliar a eficácia de determinados medicamentos anti-retrovirais contra o COVID-19. Se funcionarem, será um grande alívio para os africanos. Mais de 60% das pessoas com VIH positivo na África meridional e oriental – as regiões mais afectadas pelo VIH – já se encontram em tratamento anti-retroviral.

Mas os resultados encorajadores estão longe de ser garantidos. E mesmo que o fossem, quase 40% da população VIH-positiva na África meridional e oriental (num total de 20,6 milhões de pessoas) ainda estaria altamente vulnerável.

Um último risco importante para África associado à pandemia do COVID-19 reside na debilidade dos sistemas de saúde. Se o vírus conseguiu derrubar um sistema de saúde moderno num país desenvolvido como Itália, não há modo de prever o que aconteceria num país africano com um sistema de saúde que já esteja enfraquecido e desprovido de meios.

Como a rápida propagação global do COVID-19 deixa bem claro, este problema não é exclusivo de África. Se o vírus entrar no continente, poderá voltar a ser transmitido para o resto do mundo, criando novos surtos em países que o já tenham controlado. A única solução consiste em fazer com que intervenientes externos colaborem com os governos africanos para resolver debilidades essenciais, antes que seja tarde demais.

Médico virologista e chefe executivo da Rede da África Subsaariana para Excelência em Pesquisa em TB e HIV. Foi bolseiro do Aspen New Voices.

Covid-19



POR FALTA DE PASSAGEIROS

Easyjet com frota em terra

A companhia aérea britânica Easyjet anunciou que está a deixar toda a sua frota de aviões em terra até novo aviso devido ao colapso na procura por causa da pandemia da covid-19.

Num comunicado, a companhia, com sede em Londres, explica que a medida “elimina um custo significativo” e indica que receberá ajuda do governo para manter os seus trabalhadores. A Easyjet afirma que mantém “um balanço sólido” e está “em conversação com fornecedores de liquidez” para reforçar a sua continuidade assim que a crise causada pela disseminação do vírus for superada.

A empresa explica que chegou a um acordo com os sindicatos para aplicar o programa do governo para manutenção de empregos e pagar 80% do salário à tripulação de cabine por dois meses.

A companhia aérea de voos baratos explica que a decisão de deixar em terra todas as suas aeronaves se deve a “restrições de viagens sem precedentes impostas pelo governo” e ao “confinamento nacional” decidido por muitos países para combater o coronavírus. Nos últimos dias, a empresa colaborou com o trabalho de repatriamento e operou “mais de 650 voos de resgate” para fazer regressar a casa “mais de 45.000 clientes”, o que continuará a fazer se as autoridades solicitarem, explica.

POR DOIS MESES

Clientes do BNI com moratória nos créditos

Os clientes particulares do Banco de Negócios Internacional (BNI) com prestações de crédito vencidas vão beneficiar de uma moratória no pagamento dos meses de Março e Abril.

Segundo nota de imprensa do banco, nestes dois meses, fica suspenso o pagamento do capital e dos juros das prestações de crédito correspondentes.

O documento refere que a campanha abrange os clientes particulares com crédito em situação regular e entrou em vigor a partir do dia 29 de Março.

De acordo com a administração do BNI, estas medidas surgem “tendo em conta a situação que o país está a viver, provocada pela pandemia da covid-19, que tem obrigado a um esforço suplementar para as famílias na aquisição de bens alimentares e medicamentos”.



PARA ESTA SEMANA

Empresa portuguesa envia 17 toneladas de medicamentos

O grupo português Pinto Basto prevê efectuar, esta semana, uma operação logística que visa enviar a Angola 17 toneladas de produtos farmacêuticos. Segundo informação divulgada pela empresa, esta operação logística tornou-se possível com o apoio de várias empresas do sector farmacêutico que operam em Portugal e devido à existência de voos excepcionais para Angola.

A empresa explica que, com a confirmação dos primeiros casos positivos de coronavírus em Angola, “acentua-se a necessidade de produtos farmacêuticos”. “Desta forma, conseguiu-se criar um cenário que possibilita a realização desta operação logística, que envolveu equipas em Angola e Portugal, para que os produtos possam chegar a todos aqueles que mais precisam.”



PELA PRIMEIRA VEZ NA HISTÓRIA DO PAÍS

Cabo Verde declara Estado de Emergência

O presidente cabo-verdiano, Jorge Carlos Fonseca, declarou a situação de emergência por 20 dias, uma medida tomada pela primeira vez na história do país para intensificar o combate ao novo coronavírus. A declaração foi feita após a comissão permanente da Assembleia Nacional ter aprovado o pedido do presidente e do primeiro-ministro, Ulisses Correia e Silva, de declaração imediata para permitir ao governo reforçar as medidas de prevenção.

O presidente de Cabo Verde justificou a medida com o objectivo de defender interesses e valores fundamentais do país e da comunidade e para dar meios legítimos às autoridades para um combate mais eficaz à pandemia. O estado de emergência vai incidir temporariamente sobre o direito à liberdade, incluindo direito de deslocação e emigração, direito ao trabalho e de trabalhadores, à propriedade e iniciativa económica privada, de reunião e de manifestação e liberdade de culto religioso. A liberdade de expressão, liberdade de informação ou liberdade de imprensa são direitos que vão continuar nesse período, exemplificou Jorge Carlos Fonseca.

ENSA DISPONIBILIZOU TRÊS IMOVEIS, dos quais “uma das suas instalações mais relevantes com configuração hoteleira” para apoio das operações do combate a pandemia da Covid-19. A seguradora disponibilizou ainda meios financeiros



INE só recolhe preços

Todas as operações do Instituto Nacional de Estatística (INE) estão suspensas na sequência do Estado de Emergência decretado pelo Presidente da República.

Em nota, o INE explica que fica apenas “em actividade parcial”, resumida à recolha de preços no consumidor e ao grossista, nos pontos onde se fizer sentir a actividade comercial, “sem prejuízo ao cumprimento escrupuloso do instrutivo presidencial”.

Entretanto, o INE não descarta apresentar, nos próximos tempos, informação que tem que ver com o impacto da Covid-19 na economia. O INE suspendeu, desta forma, três inquéritos, no caso, o ‘Inquérito ao Emprego em Angola’, o de ‘Conjuntura às empresas e aos agregados familiares’ e o de ‘Indicadores múltiplos de saúde’. Estão igualmente suspensos o ‘Recenseamento de empresas e estabelecimentos’ e o ‘Recenseamento agro-pecuário e pescas’.

DURANTE O ESTADO DE EMERGÊNCIA

Telecomunicações com serviços mínimos

Os operadores de telecomunicações vão garantir, durante o Estado de Emergência, a prestação de serviços mínimos postais, de voz, mensagens, internet e meteorologia.

Segundo nota de imprensa do agora extinto Ministério das Telecomunicações e Tecnologias de Informação, as operadoras vão disponibilizar um pacote especial mensal gratuito por assinante, respeitando os parâmetros mínimos.

Os serviços estão garantidos aos cidadãos e às entidades públicas e privadas, com base num entendimento alcançado com os operadores e prestadores de serviços públicos e privados do sector. Os utentes poderão ligar, sem qualquer custo, para os números de emergência (111, 112, 113, 116, 119, 145 e 146), para o Inadec, hospitais e centros de saúde seleccionados.

Poderão também ter direito a 45 minutos de ligações de voz (móvel) e ao envio de 30 mensagens (SMS) de serviço de voz, dentro da rede fixa da Angola Telecom, TV Cabo e MSTelcom.

Para os assinantes da televisão por satélite, haverá a disponibilização ininterrupta dos canais de televisão TPA1 e TPA2 nas Plataformas ZAP e Multichoice. Para a internet, serão disponibilizados acessos aos Serviços Públicos Electrónicos (SEPE), ao portal do Ministério da Saúde e aos portais do Governo, bem como 200 megabytes para dados.

A nota informa que ficam suspensos, imediatamente, o atendimento ao público e o expediente presencial no órgão regulador das comunicações (Inacom), na Rede de Mediatecas e os órgãos tutelados pelo Ministério.



EM NOME DA PREVENÇÃO

Google ‘expulsa’ app



O Google confirmou que banuiu a appInfoWars da sua loja virtual Play Store, justificando a decisão com o facto de um dos mais recentes vídeos contrariar as directivas para prevenir a disseminação da covid-19.

O apresentador da InfoWars, Alex Jones, é conhecido pelas suas teorias de conspiração. “Agora, mais do que nunca, combater a desinformação na Play Store é a grande prioridade para a equipa”, informou a Google.

O Google refere ainda que sempre que encontrar ‘apps’ que violem a política da Play Store ao distribuir informações “imprecisas” ou “perigosas” serão removidas da loja.



EM CASA

Twitter apaga vídeos de Bolsonaro

A rede social Twitter bloqueou dois vídeos publicados no perfil oficial do presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, em que contraria as recomendações sanitárias para conter o novo coronavírus.

Nos dois vídeos apagados, o presidente do Brasil, de 65 anos, defendeu o fim das medidas de contenção em vigor em muitos estados do país e o uso de cloroquina no tratamento da doença, apesar de a eficácia do medicamento ainda não ter sido totalmente comprovada.

Em nota enviada à imprensa, o Twitter lembrou que recentemente incluiu, nos seus critérios de exclusão, mensagens que fossem “contra informações de saúde pública direccionadas por fontes oficiais e que poderiam colocar as pessoas em maior risco de transmitir a Covid-19”.

“MOMENTOS CRÍTICOS”

TV Cabo adia alteração das tarifas

A escalada da crise económica, precipitada pela pandemia da Covid-19, frustrou a intenção da operadora TV Cabo de efectuar o primeiro aumento de 13% nas tarifas, dos dois previstos para este ano. O primeiro agravamento estava equacionado para terça-feira, 31, na sequência da autorização que as operadoras receberam do Inacom para aumentos de até 26% ao longo deste ano. O segundo estava previsto para o próximo semestre.

Justificando a decisão com “o impacto socioeconómico” provocado pela propagação do coronavírus, Francisco Ferreira, director-geral da TV Cabo, antevê “momentos críticos” para a empresa e seus clientes após a pandemia, visto que muitos ficarão sem poder financeiro por conta do encerramento de várias empresas cuja sobrevivência está em causa. “Não será fácil para ninguém, mas cremos que vamos conseguir ultrapassar todas as adversidades, juntos e fortes, como sempre”, augura o gestor, que não avança qualquer previsão para as alterações das tarifas. Com todas as agências abertas e alguns funcionários a trabalhar em regime de teletrabalho, o responsável garante continuar a prestar “serviços de qualidade” para que “não haja qualquer tipo de constrangimento”. “Não há serviços afectados, uma vez que o Decreto Presidencial do Estado de Emergência explicita que as nossas lojas têm de continuar a servir a população”, sublinha Ferreira. A operadora oferece vários pacotes para particulares e empresas, com serviços que incluem, sobretudo, televisão por cabo, internet de banda larga e voz fixa. A operadora há 14 anos no país, a TV Cabo está presente em quatro províncias, nomeadamente Luanda, Huíla, Benguela e Huambo.

Marcas & Estilos



AUTOMÓVEL

Ford Lariat: Potência estratosférica

Esta é a Ford F-250, na versão Lariat, intermédia entre as versões XL e XLT, mais simples, e as King Ranch e Platinum, mais sofisticadas. Com cabina dupla, ostenta um estratosférico motor V8 Power Stroke, de 6,7 litros turbo-diesel de 446 cavalos de potência. A transmissão é automática de seis mudanças e tracção 4x4. Traz pintura em vários tons, pára-choques dianteiro e traseiro com acabamento cromado, maçaneta na cor do veículo, estribos e faróis de neblina. O espaço interno é coisa de latifundiário.

TURISMO

Madhia: fortaleza do turismo

Pequena cidade portuária que já foi a capital da Tunísia, Mahdia é um dos lugares mais tranquilos do país. A costa é a parte moderna e não tem nada que ver com o centro, que está preservado com a Praça do Cairo, em frente à mesquita de Mustapha Hamza. Medina de Mahdia é alegre e colorida, com lojas de alfaiates, padeiros, ervanários, ourives e ferreiros. O forte de Borj el Khabir, uma fortaleza construída no século XVI, é a grande referência.



Culinárias centenárias

Em tempos de quarentena, experimentar a actividade caseira à tailandesa com esta faca única feita à mão. Fabricada numa pequena aldeia por artesãos talentosos, a forma da Thai Chef é baseada em tradições culinárias centenárias.



Horas incomuns

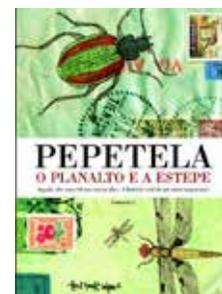
Uma serra circular grande, empoeirada e barulhenta, foi o que este relógio conseguiu neste formato peculiar, impressionante e incomum. O fabricante trata-a por Blade, ou 'A Lâmina'.



Realce feminino

Este colar foi feito em edição numerada, exclusiva e limitada. Com 14 quilates de ouro maciço, a peça da HumanKIND realça com simplicidade a beleza feminino. Disponíveis em ouro amarelo, rosa e branco.

LIVROS



Do encontro entre um estudante angolano e uma jovem mongol, nos anos 60, em Moscovo, nasce um amor proibido. Baseada em factos, ficcionados pelo autor, 'O Planalto e a Estepe' de Pepetela evidencia a vacuidade de discursos ideológicos e palavras de ordem.



De Sandra Guimarães, a obra A Conspiração do Silêncio faz-nos mergulhar num mundo de emoções, sentimentos, paixões perdidas e reencontradas. Um mundo a descobrir em cada história contada na primeira pessoa.

AGENDA

LUANDA

ATÉ 27 DE MAIO

Artista santomense René Tavares expõe 'Migrações e Coisas, Retalhos de uma História Só', na galeria do Banco Económico. A mostra pode ser visitada de segunda a sexta das 12 às 19 horas e aos sábados das 10 às 13 horas.

DE 5 A 8 DE JUNHO

O Ministério do Ambiente, em parceria com a Eventos Arena, apresenta a 7.ª edição da Feira Internacional de Tecnologias Ambientais, na Baía de Luanda.

DE 16 A 17 DE JUNHO

2.ª Edição do Angola Oil & Gas, no Centro de Convenções de Talatona. O evento visa a promoção e a atracção de investimento estrangeiro directo para o país.

DE 19 A 21 DE JUNHO

Feira da Banana (Feiba), na fazenda Novagrolider, em Caxito, no Dande. Evento prevê reunir todos os intervenientes ligados à produção e ao comércio da banana.

DEVIDO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Amazónia está a chegar a um ponto de destruição sem retorno

MUDANÇAS CLIMÁTICAS. Especialistas alertam que alterações podem transformar a maior floresta do mundo numa savana, o que terá consequências dramáticas para os seres humanos e para espécies que dependem desses habitats.

Por Antunes Zongo

MEMORIZE

● Segundo o trabalho de especialistas em clima da ONU (IPCC), 90% dos corais em águas rasas serão condenados caso o aquecimento global atinja um aumento de temperatura de 1,5°C em comparação com o período pré-industrial.

A floresta tropical da Amazónia está a chegar a um ponto sem retorno devido às mudanças climáticas e pode transformar-se numa savana árida dentro de meio século, alertam investigadores num estudo publicado na revista Nature Communications.

Segundo o estudo, o recife de coral no Caribe, outro grande ecossistema, pode desaparecer em 15 anos se passar também por um ponto sem retorno.

Os especialistas alertam que essas mudanças teriam consequências dramáticas para os seres humanos e para outras espécies que dependem desses habitats.

Nos dois casos, as causas dessas modificações são mudanças

climáticas causadas pela humanidade por danos ambientais: desmatamento no caso da Amazónia e poluição e acidificação oceânica na barreira de coral.

Segundo o trabalho de especialistas em clima da ONU (IPCC), 90% dos corais em águas rasas serão condenados caso o aquecimento global atingia um aumento de temperatura de 1,5°C em comparação com o período pré-industrial.

Os especialistas avisam que um aumento de 2° C significará o desaparecimento quase completo da barreira de coral e lembram que o aquecimento já atingiu 1°C.



Os incêndios na Amazónia e na Austrália sugerem que muitos ecossistemas estão "à beira" da ruptura.

Mário Mujetes © VE

Em relação à Amazónia, o ponto de inflexão é menos claro, mas os cientistas acreditam que a perda de 35% da superfície provocaria o seu desaparecimento.

Cerca de 20% da floresta amazónica, que cobre mais de cinco milhões de quilómetros quadrados espalhados por sete

países, foi arrasada desde 1970, principalmente para cultivar soja, madeira, óleo de palma, biocombustíveis ou criação de gado. "A humanidade deve preparar-se para a mudança muito mais rapidamente do que o esperado", alertou o principal autor do estudo, Simon Willcock, da

15

Anos, tempo que o recife de coral no Caribe pode levar para desaparecer sem retorno.

Universidade de Bangor, no País de Gales.

Os argumentos apresentados no estudo pelos cientistas reflectem que o ecossistema amazónico poderia colapsar no próximo ano.

Os incêndios florestais que recentemente ficaram fora de controlo na Amazónia e na Austrália sugerem que muitos ecossistemas estão "à beira" da ruptura, adiantam.

"Se não agirmos rapidamente, podemos estar prestes a perder uma das maiores e mais diversas florestas tropicais, que evoluiu ao longo de 58 milhões de anos e das quais dezenas de milhões de pessoas dependem", afirmou à revista Alexandre Antonelli, do Royal Botanic Gardens, que não participou do estudo.

Os investigadores, que estudaram as alterações climáticas em 40 regiões naturais de diferentes tamanhos, sublinham que os ecossistemas podem mudar rapidamente quando submetidos a stress.

NÚMEROS DA SEMANA

421

Milhões de kwanzas, valor de multas que o BNA pode receber dos 490 processos sancionatórios dos bancos incumpridores.

33

Milhões de kwanzas, prejuízo decorrente da vandalização de mais de 4.327 contadores do sistema pré-pago de energia eléctrica no Lubango, Huíla.

100.3

Dólares por quilate, preço que o Governo estima para a produção e venda de diamantes no mercado internacional.

1.167

Número de cabeças de gado, vindos do Chade, no quadro do Programa de Repovoamento do Planalto de Camabatela.



O AVISO É DO PRÓPRIO BANCO

Hackers atacam clientes do BFA

Alguns clientes do Banco de Fomento Angola (BFA) estão a ser alvo de ataques de phishing, através de falsos emails, visando a obtenção dos seus dados pessoais e financeiros.

O alerta é da própria entidade bancária, num comunicado publicado no seu sítio de internet, que dá conta que, nas últimas semanas, “múltiplos utilizadores” receberam SMS e emails a alertar sobre um erro na conta, e a solicitar que o cliente revise, indicando alguns pormenores pessoais, como o nome, número de telefone e as coordenadas do BFA Net.

Sem enumerar a quantidade de clientes que terão sido alvo dessa prática, e em quantos casos os piratas informáticos terão sido bem-sucedidos, o banco orienta os clientes a “não abrirem e a apagarem de imediato” todo e qualquer link ou anexo em nome do BFA, que lhes solicite o código ou outros dados pessoais, relativos às suas contas bancárias. “É muito importante que todos os clientes estejam atentos. (...) O BFA nunca envia e-mails ou SMS a solicitar informações pessoais ou actualização de dados”, adverte o banco.

Na mensagem enviada às suas vítimas, em nome do BFA, os hackers declaram que o extracto de conta mensal está pronto, apelando o cliente a reclamar pelo prémio, sendo que, de seguida, passa instruções de manutenção da conta, além de enviar ao alvo uma alegada notificação de transacção de débito do BFA-net. Ao seguir todos esses espaços, o cliente cede dados pessoais, que são utilizados para acesso às suas contas.

Visando dotar os clientes de conhecimento sobre como identificar e posteriormente denunciar suspeitos ataques, o banco sublinha que os promotores de ‘phishing’ identificados, nas mensagens não se dirigem ao destinatário pelo nome, utilizam apenas expressões como: “caro cliente” ou “prezado cliente”, não utilizadas pelo banco.

Antunes Zongo

GARANTE A AGÊNCIA DE PETRÓLEO E GÁS

Petrolíferas trabalham sem interrupções

A produção petrolífera decorre normalmente, exceptuando o reforço das exigências de higiene, segundo o PCA da Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANPG), Paulino Jerónimo.

“A única coisa que estamos a exigir que as pessoas cumpram são os procedimentos de higienização, mas estamos a trabalhar a 100%”, garantiu, asseverando ser “falsa” a informação que circula dando conta que a Chevron teria paralisado a produção em Cabinda. “É triste que muitas instituições credíveis, sem saberem a origem da notícia, também a retomaram. É falsa, as operações estão a acontecer normalmente”, precisa.

Segundo a informação agora desmentida por Paulino Jerónimo, a Chevron teria suspenso a exploração de todas as plataformas em águas profundas no mar de Cabinda por tempo indeterminado, por suposto danos financeiros causados pelo coronavírus.

A petrolífera, através de um comunicado, também já desmentiu a alegada paralisação, sublinhando ter e manter “um compromisso forte e de longo prazo com Angola” e que apenas “reduziu de forma significativa o acesso às instalações em Luanda, Cabinda e na base de Malongo” para minimizar os riscos de contágio.

Por outro lado, Paulino Jerónimo garante que o petróleo

angolano está “a ser vendido sem constrangimentos”, apesar do cenário de forte queda da demanda de petróleo e escassez de consumo no mercado internacional.

Interrogado sobre a possibilidade de a situação de baixa do preço do petróleo interromper os investimentos previstos, o PCA da ANPG refere que ainda não receberam qualquer comunicado neste sentido dos investidores, insistindo que, para já, “o mais importante é manter a produção de base e tem-se conseguido”.

Em actividade desde 2019, a ANGP é a concessionária nacional e, como tal, é responsável pela gestão do petróleo destinado ao Estado no âmbito dos contratos de partilha, ficando com 5% dos resultados para a sua gestão corrente. Para a exportação e comercialização do petróleo, a Agência contratou os serviços da Sonangol.



PARA ACUDIR CARENTES

Governo pede apoio

O Governo disponibilizou uma conta bancária para a recolha de contribuições dos cidadãos e entidades colectivas para “mitigar a carência” da população mais vulnerável devido à pandemia da covid-19. “Ajuda-nos a ajudar. Todos juntos na luta contra a covid-19. Podes fazer a tua parte contribuindo em kwanzas para o IBAN AO06 005 0000 5197 1631 1019

7 - do Ministério das Finanças - Tesouro Nacional, Governo de Angola”, lê-se na mensagem enviada aos serviços de telefonia móvel e nas redes sociais.

Segundo uma fonte contactada pela agência portuguesa Lusa, a iniciativa enquadra-se na Campanha de Solidariedade Juntos por Angola, lançada na sexta-feira para acudir os mais carentes, sobretudo no decurso do período de Estado de Emergência.

